

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Reinan Ramos dos Santos

A intriga de Paul Veyne

Monografia apresentada ao
Departamento de História da PUC-Rio
como parte dos requisitos para a
obtenção do grau de Bacharel em
História.

Orientador:
Prof. Dr. Marcelo Gantus Jasmin

Rio de Janeiro
Dezembro de 2015

À Clemencia, Erick e Guilherme.

Agradecimentos

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer todos àqueles que de alguma maneira contribuíram para a realização deste trabalho, que significa para mim não apenas a conclusão da graduação em História, mas o fechamento de um dos ciclos de minha vida, um resumo dos inúmeros encontros acontecidos nestes quatro anos e meio na PUC-Rio.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Marcelo Gantus Jasmin, a quem devo o gosto pela teoria da história e com quem aprendi a importância da precisão das palavras, das ideias. Registro aqui a minha gratidão pelo interesse, confiança e autonomia com que conduziu as pesquisas que realizei sob sua orientação, tanto nos quase três anos de iniciação científica, quanto nesta monografia.

Agradeço também à minha primeira (e sempre) orientadora Margarida de Sousa Neves, com quem passei a acreditar na força e na importância da história e de seu exercício diário. Também registro aqui minha gratidão pela paciência e pelo carinho com que sempre guiou o trabalho no Núcleo de Memória e na pesquisa de iniciação científica que realizamos juntos.

Agradeço a Ana Popp, por me apresentar novos mundos. Sem as intermináveis conversas, sugestões, incansáveis leituras, releituras e modificações do texto e do pensamento, nem eu e nem esta monografia existiriam da maneira como se tornaram.

Agradeço aos professores Ricardo Benzaquen de Araújo, Flávia Maria Schlee Eyler, Silvia Patuzzi, Ilmar Rohloff de Mattos, Henrique Estrada Rodrigues, Maria Elisa Noronha de Sá, Marcos Guedes Veneu, Maria Tereza Chaves de Mello, Marco Antonio Pamplona e todos os professores do Departamento de História da PUC-Rio pela dedicação com que compartilharam seus conhecimentos em seus cursos. Acredito que esta monografia é também o resultado do encontro que tive com cada um deles e deixo aqui registrada minha imensa gratidão. Agradeço especialmente ao professor Marcos Veneu, pela atenta leitura crítica.

Agradeço aos amigos e amigas Isabelle Baltazar, James Gerald Coutinho Marko, Helio Cannone, Lucas Pedretti, Igor Valamiel, Clarissa Mattos, Fernanda Soares, Renato Ferraz, Pedro Fraga Vianna, Teresa Rossi, Ibsen Caio, Livia Lima, Carolina Cabral, Blanche Marie Evin, Gustavo Simi, Paulo Cardoso, Letícia Amâncio, Ana Carolina Medeiros, Alessandra Nzinga, Eduarda Schmidt, Luísa Senra, Cléo Oliveira (e sempre esquecendo pessoas), sem os quais minha história nestes quatro anos e meio de graduação teria sido radicalmente diferente. Obrigado por todas as noites, dias, conversas, cafês no departamento, puxões de orelha, conselhos, ajudas emergenciais, todas as saideiras, todas as trocas, enfim, por tudo.

Agradeço aos funcionários do Departamento de História da PUC-Rio, especialmente Cleusa Ventura, Claudio Santiago, Anair Oliveira e Moisés Sant'Anna, pela incansável dedicação com que cuidam de nós, alunos. Obrigado pela atenção, gentileza, bom-humor e amizade com que nos recebem. Sem vocês estaríamos perdidos!

Agradeço ao PROUNI, pela bolsa de graduação concedida; ao FESP, pelos auxílios no início da graduação; à PUC-Rio pela bolsa de IC no Núcleo de Memória e ao CNPq pela bolsa de PIBIC.

Dedico esta monografia e agradeço principalmente à minha mãe, Clemencia Martins Ramos, que sempre me apoiou em toda e qualquer decisão (mesmo que muito louca), confiando em mim e na liberdade que havia me ensinado. Obrigado por ter me mostrado como voar e por ter me dado o exemplo de que é possível voar longe, de que é preciso se acostumar com a sensação de estar fora da terra. Agradeço ao meu irmão Erick, pelo amor incondicional, pela saudade e preocupação de sempre. Agradeço a Guilherme Hinz, pelo chão, por ter me ensinado a força da terra e o quanto ela pode nos impulsionar para cima, o quanto ela ajuda a fazer brilhar. Obrigado pelas orientações, pela leitura atenta e pelas sugestões em todas as etapas deste trabalho: se almejei que neste texto (e que em minha vida) aparecesse qualquer coisa de artístico ou de fictício, devo este desejo a você. Obrigado por fazer minha vida mais feliz.

Santa Teresa, novembro de 2015.

Resumo

Esta monografia tem como tema a epistemologia histórica elaborada pelo historiador francês Paul Veyne na década de 1970. Trata-se de uma descrição (que não se pretende totalizadora) da *máquina de guerra* construída por P. Veyne no ensaio *Comment on écrit l'histoire*, publicado em 1971, e dos desdobramentos epistemológicos subsequentes, discutidos nos textos *L'histoire conceptualisante* (1974) e *L'inventaire des différences* (1976). A descrição se guia pela pergunta feita pelo próprio autor em 1971: como se escreve a história? Como o historiador pode escrever a história? Quais são as possibilidades de escrita da história? O interesse não é “resolver” tais problemas, mas explicitar as diversas possibilidades de resposta que P. Veyne encontra ao colocar esses problemas de um ponto de vista ontológico e epistemológico.

Palavras-chave: Epistemologia; Historiografia; Diferença; Paul Veyne.

Abstract

This is a dissertation about the historical epistemology elaborated by the french historian Paul Veyne in the 70's of XX century. It is a (not totalizing) description of the *war machine* built by Paul Veyne at the essay published in 1971 *Comment on écrit l'histoire* and its subsequent epistemological outspreads, discussed in the texts *L'histoire conceptualisante* (1974) and *L'inventaire des différences* (1976). The description is guided by the question posed by the author himself in 1971: how to write history? How does the historian can write history? What are the possibilities in writing history? The interest is not to “solve” these problems, but to explicit the multiple possibilities of answering them, found by Paul Veyne, especially when he poses these problems from an ontological and epistemological point of view.

Keywords: Epistemology; Historiography; Difference; Paul Veyne.

Sumário

Introdução	8
1. Acontecimento, trama, história	14
A máquina de guerra	14
A intriga de Paul Veyne	17
2. O historiador conceitualizante	25
A história conceitualizante	25
A ciência das diferenças	30
Conclusão	37
Referência bibliográficas	39

[...]

Não é necessário que você saia de casa. Fique junto à sua mesa e escute. Nem mesmo escute, só espere. Nem mesmo espere, totalmente em silêncio e sozinho. O mundo irá oferecer-se a você para o próprio desmascaramento, não pode fazer outra coisa, extasiado ele irá contorcer-se a seus pés.

Aforismo 109, Franz Kafka.

Introdução

Como se escreve a história? é uma questão que certamente grande parte dos historiadores já se colocou. Antes de ser uma questão que exige uma ou mais respostas precisas, escrever a história talvez se configure como *o problema* que move os historiadores. Diante da complexidade do mundo e da multiplicidade das relações, o historiador se vê na difícil tarefa de seguir os fluxos históricos, de acompanhar as transformações, de explicitar as descontinuidades da história, e o problema de como traduzir tantos acontecimentos em uma narrativa compreensível – ou em muitas – nunca é resolvido, ou melhor, nunca para de se colocar. A história trata de coisas que nunca estão em absoluto repouso, seu objeto não é imutável, não é previsível, está sempre se movimentando, e se a história vive em prol de seus objetos, o problema de como descrevê-los ganha centralidade. Já posso adiantar que o objetivo não é encontrar a solução definitiva para o problema da escrita da história, não é sequer encontrar alguma solução: o interesse aqui é no problema ele mesmo, está nos caminhos que ele abre ou fecha no “país da história”.

Esta monografia é o resultado final da pesquisa que realizei junto ao professor Marcelo Jasmin, no âmbito do grupo de pesquisa “História universal, progresso e ação: história dos conceitos e teoria política na situação epistemológica contemporânea”, criado em 2013, no qual discutíamos as questões contemporâneas que a teoria da história vem fazendo emergir. Em função de minha ligação ao grupo como bolsista de iniciação científica, comecei em 2013 uma pesquisa sobre duas vertentes historiográficas contemporâneas chamadas *Histoire Croisée* e *Connected Histories*, pesquisa que resultou em um relatório

que apresentei no Seminário de Iniciação Científica da PUC-Rio em 2014¹. Ambas têm em comum o estabelecimento de uma crítica ao eurocentrismo das ciências sociais, dirigida especialmente à manutenção de categorias de análise histórico-sociológica limitadoras, como Estado-Nação, História, Sociedade, Processo, entre outras. Os defensores destas duas vertentes – dentre os quais os principais expoentes são Serge Gruzinski, Sanjay Subrahmanyam, Bénédicte Zimmerman e Michael Werner –, são a favor de pensar a história em rede, na qual estariam ligados elementos de vários territórios diferentes, uma circulação cultural da qual o Estado-Nação seria pouco ou nada responsável; acessar esta camada seria possível a partir do *método* historiográfico de cruzamento e conexão. O objetivo daqueles que defendem tanto a História Cruzada, quanto as Histórias Conectadas, é dar a ver historiograficamente as conexões e cruzamentos que a História régia escondeu ao privilegiar a história nacional-político-institucional em detrimento da multiplicidade de culturas reduzidas a uma lista de “identidades”.

Enquanto realizava a pesquisa sobre as histórias cruzadas/conectadas, líamos no grupo de pesquisa a obra *O diálogo entre as culturas, do universal ao multiculturalismo*, de François Jullien, publicada em 2009, texto no qual o filósofo e sinólogo francês mostra brevemente o desenvolvimento do *universal* como fundamento da filosofia ocidental, como as ideias transcendentais gregas que "venceram" ainda são os problemas que rondam as ciências até hoje. O universal, que opera por exclusão e prescrição normativa (e que se encontra diluído em muito do que se produz na filosofia e nas ciências), não dá mais conta da multiplicidade de culturas que sempre existiram no mundo. Ao se posicionar criticamente diante da opção por um pensamento derivado de qualquer plano transcendente ou metafísico – tanto no sentido platônico quanto kantiano do termo –, Jullien abriu um outro caminho-problema para esta pesquisa: como é possível pensar atualmente a história livre das categorias transcendentais universalizantes? Diante da crise deste modelo, houve alguma resposta na historiografia contemporânea que estivesse completamente *fora* da História régia? Haveria alguma historiografia que pretendesse ser *escrita* fora deste modelo? Para ser mais

¹ Neste texto há um desenvolvimento mais abrangente das questões levantadas pela *Histoire Croisée* e pelas *Connected Histories* em relação às suas críticas à História Comparada e ao eurocentrismo em história. O relatório está disponível no link: < http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2014/relatorios_pdf/ccs/HIS/HIS->>>Reinan%20Ramos%20dos%20Santos.pdf > Acesso em 12 set. 2015.

preciso (e para colocar a pergunta de nosso principal interlocutor): como escrever a história *fora da História*? Como efetivamente optar por escrever uma história que não seja mais devedora do antigo modelo de pensamento universalizante e prescritivo da História régia?

Esta pesquisa surge precisamente deste problema que é a escrita da história, problema que na atualidade se desdobra em inúmeras possibilidades de escrita, em uma multiplicidade de modos de se aproximar dos acontecimentos e descrevê-los nunca antes vista. Até pouco tempo, a história era comandada por uma vontade de verdade e de unificação que tinha por objetivo estabelecer e estabilizar um modelo de pensamento único, modelo que serviria para encontrar as leis de desenvolvimento da linear História da Humanidade. Havia a ideia de que as pessoas e coisas eram determinadas por um *Zeitgeist*, que seu agir, mesmo “consciente”, respondia às exigências de algo a elas exterior. Este modo de pensar “instaurado” no Iluminismo – e que chamo aqui pelo já citado conceito de *História régia*, criado pelo filósofo Gilles Deleuze, e que será melhor esclarecido adiante –, estranhamente se inventa ao mesmo tempo que se impõe como modelo universal de compreensão da história. Apesar de ainda encontrar ecos em muito do que se produz atualmente na historiografia, a História régia perdeu seu trono. Seu objetivo de uniformizar e enfileirar as infinitas “histórias de...” em uma linha evolutiva única para revelar o sentido fundamental de nossa existência nos mostrou que, se quiséssemos chegar ao Progresso, seria preciso ignorar uma quantidade gigantesca de acontecimentos ditos menores em relação àqueles dignos da História. Em último caso, este modelo nos mostrou que seria preciso abrir mão de quase tudo para poder achar uma linha principal entre tantas que compõem a trama do mundo.

Uma tentativa epistemológica totalizadora como a da História régia não poderia resultar senão na explosão de milhares de linhas de fuga. Os “próprios” acontecimentos mostraram ao longo do século XX que eles não se reduziram a apenas uma linha: mostraram que há muitas linhas e que elas não são nem paralelas em direção ao Futuro e nem são predetermináveis, mas que estão cruzadas em todos os pontos, que têm direções múltiplas e desconhecidas de antemão. A linha tradicional estabelecida pela História régia deixou de ser a única possível; deixamos de acreditar que somos determinados por qualquer motor

central e passamos a buscar outros caminhos, outras possibilidades de falar sobre os acontecimentos, de reconhecer a multiplicidade rizomática da história. A tarefa de boa parte dos historiadores deixa de repousar na busca pela “verdade essencial” dos acontecimentos para se lançar no fluxo de seu devir caótico. O interesse deixa de ser a “objetificação” dos acontecimentos, de sua organização em um encadeamento lógico-explicativo-causal que excluiria o devir, e passa a ser a tentativa de explicitação do *caos* ele mesmo, das coisas sempre em transformação. As transformações deixam de ser supostamente comandadas pela História régia e *se tornam* elas mesmas o interesse central da história.

Diante do fim do reinado da História régia, o problema de como escrever a história passa a agregar novas questões, agora colocadas também pela necessidade de criar ou liberar novas maneiras de pensar que estavam bloqueadas pela História régia e que agora se apresentam como caminhos abertos a serem seguidos e inventados. Os historiadores do século XX se viram repletos de novos materiais (que já estavam aí), de mundos que ainda não haviam sido explorados – como as mentalidades, as histórias cruzadas, a “inclusão” das gigantescas minorias, a riqueza das culturas locais, entre outros –, ignorados talvez em função do privilégio que se conferia aos temas relativos ao Estado-Nação e tudo que dele derivava. Que a renovação da história tenha acontecido com o aumento de possibilidades de “objetos”, de campos acontecimentais múltiplos, de temporalidades simultâneas, de territorialidades distintas, é uma das mais importantes legados da *École des Annales*. Entretanto, uma questão relativa ao problema da escrita da história ainda resta em suspenso: não estariam alguns historiadores da atualidade colonizando as novas regiões históricas libertas da História régia com o instrumental epistemológico herdado do século XIX? “Processo”, “Linha do tempo”, “Ciência”, “Causa e efeito”, “Método”, “Interpretação”, “Identidade”, “Estado”, “Verdade”, entre outros, é um conjunto de noções que têm ligação direta com o século XIX e que apontam ou para uma “despreocupação teórica” em seu uso indiscriminado, ou para a existência de um posicionamento político-epistemológico claro². Toma-se tais ideias como

² É evidente que tais conceitos exigiriam um estudo individual, pois se tratam de noções amplamente estudadas por quase todas as áreas das ciências. Os cito aqui a título de descrição das características gerais da epistemologia da História régia.

universais e inquestionáveis, atitude que a História régia, mesmo destronada, comemora.

É claro que em alguns casos há uma *escolha* intelectual por tal modelo de História régia e é precisamente esta *escolha* que interessa ao problema da escrita da história. Toda construção historiográfica é ao mesmo tempo uma escolha político-epistemológica – e por que não dizer *cosmopolítica*? –, feita pelo historiador no ato do pensamento, da escrita e da tradução dos múltiplos mundos que ele percorre. Isso significa dizer que é preciso saber *fazer* esta escolha, que é preciso ter ferramentas para *poder* reconhecer as múltiplas possibilidades de escrita e escolher entre elas. Podemos dizer que a escolha de *Comment on écrit l'histoire*, do historiador francês Paul Veyne, como "objeto" principal desta monografia provém também de um acaso. Neste caso, o objeto veio depois do problema, problema que se desdobrou em um rastreamento das múltiplas respostas que os historiadores criaram diante da crise do modelo de História régia³. O objetivo se tornou seguir a trilha de um historiador para o qual o problema da escrita da história passa precisamente por uma tomada de posição contrária ao modelo da História régia. A partir de uma escolha cosmopolítica clara e defendida, Paul Veyne constrói uma epistemologia histórica que não mais depende desse modelo, que cruza o interesse dos *Annales* pela cultura e pelas relações sociais com uma defesa da história do quotidiano, das dimensões microsociológicas, da multiplicidade dos acontecimentos, da história não como Ciência estabilizadora, mas como obra de arte.

O interesse na obra é resultado de um sentimento semelhante ao do sociólogo Claude Dubar, expresso na resenha que escreveu sobre o ensaio de P. Veyne em 1973 (os grifos são meus⁴): “O livro de P. Veyne aparece como uma vasta *operação de desmistificação*, uma *máquina de guerra* destinada a combater uma série de ideias ‘recebidas’ sobre a história e as ciências sociais” (Dubar, 1973, p. 550). O ensaio de P. Veyne, que deixou Dubar tão impressionado a ponto de estender a zona de ataque do livro para além dos supostos limites da história,

³ Há uma quantidade considerável de estudos ao longo do século XX que coloca o problema explicitamente, dentre eles, ver: *Apologia da História*, de Marc Bloch (1949); *Que é História?*, de H. Carr (1961); *A escrita da História*, de Michel de Certeau (1975); *A escrita da História*, de Peter Burke (1992); *Sobre História*, de Eric Hobsbawm (1997); entre outros.

⁴ Os textos em francês que não possuírem tradução para o português serão traduzidos livremente por mim.

foi escolhido como tema desta pesquisa especialmente pelo caráter de máquina de guerra assinalado por Dubar, por sua explícita intenção em desestabilizar concepções ainda vigentes no pensamento histórico atual – às quais P. Veyne destina notáveis críticas – e principalmente em elaborar uma nova epistemologia para a história, em propor uma nova maneira de pensar tanto a disciplina histórica quanto a dimensão criadora do historiador.

Novos caminhos a percorrer no plano dos acontecimentos, abertos àqueles que pretendam inventá-los. Sendo especialmente interessante a dimensão do cotidiano da vida das pessoas, a história trata do contingente das mudanças, dos efeitos inesperáveis das relações, dos espaços ainda desconhecidos que foram bloqueados pela História universal. Para P. Veyne, o que o historiador realmente faz quando faz história é descrever as *intrigues*, criar tramas que têm nos documentos sua materialidade. Esta monografia consiste em descrever o ensaio-máquina de guerra que é *Como se escreve a história*. Ao ter como pressuposto que a descrição é sempre um exercício de criação e de invenção, busquei penetrar no funcionamento interno da máquina, identificar seus inimigos e aliados e produzir uma narrativa sobre a trama na qual o pensamento de P. Veyne está tecido, através da maneira como ele propõe que “conheçamos” a história, ou seja, descrevendo sua *epistemologia*. O objetivo não é fazer uma descrição densa, exaustiva, totalizadora de seu pensamento. Uma descrição, assim como uma história, é sempre lacunar, recortada por quem a descreve. Não é possível, inclusive, falar do Pensamento de P. Veyne, este não se configura como uma unidade preestabelecida a ser descrita, trata-se de uma máquina de guerra em constante movimento, em devir.

Capítulo 1: Acontecimento, trama, história

Se os nômades criaram a máquina de guerra foi porque inventaram a velocidade absoluta, como 'sinônimo' de velocidade. E cada vez que há operação contra o Estado, indisciplina, motim, guerrilha ou revolução enquanto ato, dir-se-ia que uma máquina de guerra ressuscita, que um novo potencial nômádico aparece, com reconstituição de um espaço liso ou de uma maneira de estar no espaço como se esse fosse liso.

Mil Platôs, Gilles Deleuze & Félix Guatarri.

A máquina de guerra

A cosmologia de Aristóteles distingue duas regiões do Universo: a primeira, supralunar, é composta pela Lua, pelos cinco planetas conhecidos pelos gregos no século IV a.C., Mercúrio, Vênus, Marte, Júpiter e Saturno, mais o Sol e as estrelas. Estes corpos celestes, segundo a física aristotélica, são ordenados pelo imperativo da perfeição geométrica, regidos pela sua continuidade eterna e etérea. O éter, uma espécie de material leve e transparente, é o elemento incorruptível e eterno que envolve os corpos celestes conferindo-lhes a homogeneidade e perfeição do mundo supralunar, dignidade que os corpos terrestres, habitantes do mundo sublunar, jamais poderão ter. Abaixo da Lua, ou seja, no nosso mundo, tudo é variação e dessemelhança. Por efeito da existência dos quatro elementos fundamentais – terra, água, fogo, ar –, que por natureza são diferentes e que se encontram misturados em todas as substâncias do mundo sublunar, o nosso mundo está em constante corrupção e sua única lei é o acaso. O mundo sublunar é um mundo em devir, uma região do Universo que não permite uma definição

geométrica *a priori* se não por abstração, por meio do pensamento. Por muito tempo – e mesmo antes de Aristóteles – imaginou-se que as ciências humanas deveriam imitar o mundo supralunar, especular sobre a perfeição do espírito que habita tal mundo metafísico, e que dele emanaria o modelo a ser seguido no mundo sublunar, no mundo real. As substâncias em constante devir deveriam ser formalizadas, submetidas ao modelo das leis supralunares para assim *estarem* em ordem, *serem* racionalizáveis. Paul Veyne, ao elaborar e demarcar sua perspectiva filosófica sobre a história, afirma que o domínio virtual dos historiadores é justamente este mundo sublunar, composto de acontecimentos não racionalizados *a priori*, acontecimentos provindos do puro acaso, do devir histórico.

A ideia de *sublunar* (ou de *causalidade sublunar*) foi um dos guias que utilizei para percorrer o mapa de problemas relativo ao trabalho filosófico do historiador, desenvolvido por P. Veyne no ensaio de 1971. Inicialmente, podemos afirmar que é no mundo sublunar aristotélico que começa esta intriga de Paul Veyne – ou melhor, a história filosófica do pensamento histórico de P. Veyne. Em *Como se escreve a história*, P. Veyne atualiza ideia de sublunar percorrendo dois caminhos: no primeiro, abandona ontologicamente o oposto do conceito de sublunar, que seria o *supralunar*, especificamente do ponto de vista de sua eficácia concreta na explicação lógica das tramas históricas; no segundo, reconhece o sublunar como território dos historiadores, o torna o próprio plano de imanência no qual se desempenha o trabalho historiográfico: o historiador é aquele que cria as tramas a partir do plano imanente dos acontecimentos, das coisas que efetivamente aconteceram no mundo sublunar. O *material* das ciências humanas é o mundo da matéria, no sentido que Marx deu ao termo, o mundo real que experimentamos quotidianamente, no qual vivem homens e coisas. Para P. Veyne, o mundo sublunar não é um reflexo “corrompido” do mundo metafísico, não é onde “infelizmente” os modelos não são aplicáveis ou os tipos não podem ser encontrados: esta é especialmente a dificuldade que lhe interessa, a complexa e problemática tarefa de pensar o devir histórico. A diversidade que reina no mundo sublunar é a matéria mais fecunda para a criação de tramas, para a explicitação da diferença.

P. Veyne tem muitos nomes para o que ele chama com mais frequência de *campo acontecimental* [*champ événementielle*]. Inicialmente podemos afirmar

que, além de ser composto de *acontecimentos* exclusivamente sublunares, concretos, o campo acontecimental é o domínio virtual dos historiadores (Veyne, 1971, p. 30)⁵, é a “planície mais rica do país da história” (Veyne, 1976, p. 15), é o plano de imanência no qual os acontecimentos acontecem, a história. Um dos aspectos mais interessantes da ideia de campo acontecimental é que P. Veyne não a fixa metafisicamente no céu da História, atribuindo-lhe determinadas linhas gerais de desenvolvimento que carregariam em si agregados de fatos e teorias prontos para serem representados ou ressignificados pelos historiadores – “o político”, “o econômico”, “o social”, “o cultural”; não se trata de definir o “objeto próprio” da história, mas de mostrar que existirá objeto enquanto existirem acontecimentos, enquanto o mundo sublunar continuar sendo regido pelo *acaso*. Para P. Veyne, definir o objeto da história não é uma das finalidades da historiografia, mas é apenas o seu ponto de partida. A história que P. Veyne propõe começa precisamente no reconhecimento de que o insistente vir a ser dos acontecimentos, sua confusão e falta de qualquer nexos explicativo natural, são os principais aspectos que compõem o material de interesse do historiador, que o seduz à vontade de organizar a multidão de acontecimentos em coisas inteligíveis, de neles encontrar causalidades ou de as inventar, de empilhá-los em séries e encontrar tramas nos seus vários níveis de associação.

Afirmar que a causalidade histórica sublunar é confusa e que é necessário alguém, no caso, o historiador, para seriar os acontecimentos, para organizá-los em grupos de diferenças ou de semelhanças e combiná-los para formar tramas diferentes é se opor à falsa ideia de que há um “sentido da História”, de que há uma linha evolutiva supralunar que conduza ordenadamente os acontecimentos através do tempo e de que o historiador é o responsável por encontrá-la escondida no caos acontecimental. Para P. Veyne, *o que importa é precisamente o caos*: se os acontecimentos tivessem uma ordem natural para acontecer, regidas por uma lei ou por um conjunto de leis e que a descoberta de tais leis seria a revelação da chave de funcionamento do devir histórico, teríamos parado de escrever a história no século XIX. É justamente porque a história muda que é necessário se ater aos

⁵ Toda a pesquisa sobre *Comment on écrit l'histoire* foi realizada a partir da primeira edição de 1971 e todas as citações da obra são referentes à edição francesa. Em relação à tradução dos trechos citados, baseei-me largamente na tradução feita em Portugal, de 1983, sempre com algumas modificações.

acontecimentos, é sua pluralidade e sua insistência em acontecer que nos obriga a criar novas organizações, novas séries, percorrer novos caminhos e inventar novas tramas. A tarefa do historiador é basicamente multiplicar os itinerários possíveis no campo acontecimental, explicitar a multiplicidade de séries, o entrecruzamento de tramas que forma o terreno dos acontecimentos, ainda repleto de regiões desconhecidas pelos historiadores.

A intriga de Paul Veyne

É importante precisarmos o que P. Veyne entende pelo termo *intrigue*, ou melhor, pelo conceito de trama que ele cria⁶. Para uma definição inicial, podemos afirmar que as tramas são os itinerários que o historiador escolhe para percorrer o terreno acontecimental, são as *séries* de acontecimentos que ele constrói. Estes itinerários não estão prontos *a priori* no plano acontecimental, o historiador não encontra os acontecimentos previamente organizados: é necessário seriá-los, é preciso abrir canais para seguir fluxos. A escolha de uma trama é ao mesmo tempo a sua criação e mesmo uma “região da história” que tenha sido exaustivamente estriada, será nova para um historiador que a visite pela primeira vez.

Intrigue é um termo corrente da literatura que P. Veyne “toma emprestado” para ajudar na construção conceitual de sua epistemologia. Designa o conjunto de acontecimentos principais de um romance, seus personagens, as relações entre estes personagens, os infortúnios e tensões que movem a série de acontecimentos que compõe a trama. P. Veyne afirma que

o tecido da história é o que chamaremos uma trama, uma mistura muito humana e muito ‘pouco científica’ de causas materiais, de fins e de acasos; em uma palavra, um pedaço de vida, que o historiador recorta a seu gosto e onde os fatos têm suas ligações objetivas e sua importância relativa (Veyne, 1971, p. 46).

⁶ Há múltiplas possibilidades de tradução do termo *intrigue* para o português. Por exemplo, a tradução brasileira, feita em 1982, optou pelo termo ‘trama’; já a tradução portuguesa, de 1983, preferiu usar o termo que mais se aproxima foneticamente ao original em francês, ‘intriga’. Ainda há a possibilidade de traduzir por ‘enredo’. É interessante notar que todas as traduções carregam o sentido de entrelaçamento de fios, de composição de rede, de um conjunto de acontecimentos tecidos numa história pelo historiador; os fios jamais se tecem sozinhos. Após alguma hesitação de escolha entre o termo utilizado pelos portugueses, ‘intriga’, e a opção dos brasileiros ‘trama’, mantive a segunda em função de um maior interesse teórico pela palavra trama.

Trama é um dos nomes possíveis para as histórias que os historiadores vêm contando desde Tucídides, para as infinitas “histórias de...” que já foram narradas ou que ainda estão por narrar. As tramas não são a própria História, elas não se somam para formar uma Trama Universal, tampouco são “representações” da História. A história que P. Veyne defende, como vimos, não trata do mundo supralunar no qual habitam a História e a demais categorias transcendentais: este mundo é acessível apenas por especulação, tarefa dispensável quando se trata de coisas reais. A história cotidiana é caótica, seu desdobrar no mundo sublunar faz surgir acontecimentos inesperados que apenas podem ser organizados *a posteriori*, seriados conforme o interesse do historiador. As tramas são fruto de um corte que o historiador faz na realidade, elas não existiriam substancialmente se não fosse o interesse dos historiadores em fazer-lhes também acontecimentos narrativos.

O estabelecimento de séries e a criação de tramas respondem a duas necessidades específicas para P. Veyne: primeiro, a série organiza acontecimentos que podem ser verificados empiricamente nos documentos, no entanto, os documentos não comportam os acontecimentos em si e muito menos são o suporte de verdade da trama, os documentos são acontecimentos *em potência*. Segundo, para encontrar os acontecimentos, há a necessidade de precisar com rigor quais são os *problemas* que o historiador coloca aos documentos ou o que deseja neles explicitar, especificar qual a *extensão* do terreno documental escolhido e demarcar qual região da história pretende percorrer para coletar informações que componham sua série. A trama, que se forma a partir de estratos de acontecimentos, só existe na relação entre o historiador e os documentos; trata-se de uma maneira de fazer história muito “científica”, claramente empirista. Busca-se *descrever* as tramas de maneira mais objetiva possível, não para fazer reviver o passado ou estabelecer a verdade, o trabalho de descrição tem outros interesses, aliás, o historiador que opta pela história serial e pela descrição como ponto de partida para compor uma trama, considera que o importante nos documentos e no passado é fazer aparecer novos acontecimentos, novas intrigas, novas tramas históricas. Ele multiplica os caminhos. A importância da história serial para P. Veyne é comentada em um dos apêndices de *Como se escreve a história*:

A “seriação” [*mise en série*] (esse método que consiste em recolher, para interpretar um fato, o maior número possível de ocorrências desse fato: recolher todos os empregos duma palavra dada nos textos conservados, ou todos os exemplos de um costume), é cara aos historiadores e aos filólogos por muitas razões [...]. Essa razão é que, conforme as ocorrências recolhidas sejam mais ou menos numerosas, concluímos que, para o período estudado, o fato, o costume, a palavra sobre os quais recolhemos a ocorrências procediam ou não sobre a *norma* da época. (Veyne, 1971, p. 209).

O filósofo Michel Foucault – um dos principais interlocutores intelectuais e amigo pessoal de P. Veyne⁷ –, também foi um grande entusiasta da história serial, especialmente em suas importantes *arqueologias* da década de 1960 – *História da loucura na idade clássica*, *Nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas* –, nas quais desenvolveu suas análises com ajuda de procedimentos do trabalho de seriação. Em uma conferência proferida em 1972, chamada “Retornar à história”, Foucault afirma a importância dos estudos estruturalistas realizados por Georges Dumézil e Lévi-Strauss, que não buscavam o que havia de *ahistórico* e imutável nos mitos indo-europeus ou ameríndios, mas, precisamente, o que havia de diferença na passagem de um mito a outro, quais eram as transformações que a estrutura sofria de mito para mito. Também nesta conferência, Foucault aponta outra maneira de análise histórica contemporânea que considera importante mencionar: a história serial, método que vem sendo adotado pelos historiadores e que também tem o interesse de fazer com que as discontinuidades da história apareçam, que sejam descritos os acontecimentos a fim de mostrar as transformações que a história está sujeita. Para Foucault, a história serial permite dar um novo sentido à noção de *acontecimento*, ela faz justamente dos acontecimentos e dos conjuntos de acontecimentos o seu tema central. Foucault afirma:

A história serial não focaliza objetos gerais e constituídos por antecipação, como o feudalismo ou o desenvolvimento industrial. A história serial define seu objeto a partir de um conjunto de documentos dos quais ela dispõe [...]. Dito de outra forma, o objeto da história não é mais dado por uma espécie de categorização prévia em períodos, épocas, nações, continentes, formas de cultura... (Foucault, 2008, p. 290).

O método de seriação é, segundo Foucault, o interesse pela organização e descrição dos acontecimentos segundo uma problemática criada pelo historiador em função dos documentos disponíveis, dos inúmeros problemas e tramas que

⁷ Cf. o capítulo “Retrato de um Samurai” em VEYNE, P. *Michel Foucault. Sa pensée, sa personne*. Paris: Albin Michel, 2008.

provêm das mil combinações possíveis dos documentos em mil séries distintas. À primeira vista, os acontecimentos podem parecer “os mesmos” quando se repetem em diferentes séries, no entanto, estes “mesmos acontecimentos” produzem efeitos radicalmente diferentes *quando* classificados em séries diferentes. Para P. Veyne, o acontecimento é diferença e têm importância relativa à problemática que o historiador possui para percorrer o campo acontecimental (Veyne, 1971, p. 18). Primando essencialmente por um rigor quase positivo, o trabalho de um historiador que pratica a história serial “consiste em manipular e tratar uma série de documentos homogêneos concernindo a um objeto particular e a uma época determinada, e são as relações internas ou externas desse *corpus* de documentos que constituem o resultado do seu trabalho” (Foucault, 2008, p. 290).

Neste sentido, o texto no qual Foucault discute diretamente as questões relativas à seriação e à descrição é *Arqueologia do saber*, de 1969 – dois anos antes da publicação de *Como se escreve a história*. O livro é ao mesmo tempo um “resumo” do sistema de pensamento do método arqueológico realizado nos seus estudos anteriores e um projeto de descrição dos acontecimentos discursivos, é uma “teoria para uma história do saber empírico” (Foucault, 2008, p. 151), uma “metodologia complexa da descontinuidade” (Foucault, 2008, p. 63). É interessante notar os pontos de contato que podem ser estabelecidos entre a *Arqueologia* de Foucault e *Como se escreve a história* de P. Veyne: em ambas as obras há esse interesse por uma descrição que não se pretende total, que sempre terá em mãos *estratos* de acontecimentos, análises sempre *perspectivas*, parciais. O trabalho de seriação é absolutamente relativo: o historiador não pode contar tudo, tal tarefa é materialmente impossível. A pluralidade concreta do mundo sublunar não se reduz às narrativas dos historiadores sobre ela, sua “totalidade” sempre escapa a qualquer totalização: tais narrativas são igualmente plurais, são fruto de escolhas subjetivas. Isso não significa que os acontecimentos sejam subjetivos, pelo contrário, a precisão com que os limites da análise devem ser estabelecidos, busca por uma descrição que falseie o mínimo possível aquilo que foi deixado pelo passado. São exigências metodológicas que permitem estratificar os acontecimentos, no caso de P. Veyne, e os discursos, no caso de Foucault, para retirar deles os acontecimentos históricos e as performances verbais, repletas de ligações perfeitamente objetivas entre si quando organizados em uma série.

O que interessa a Foucault e a P. Veyne é fazer com que aqueles acontecimentos que a História escolheu não contar apareçam, é descrever os acontecimentos que ficaram “em suspenso”, que foram bloqueados pelos métodos tradicionais de análise histórica, interessados em conservar o *continuum* universal do Tempo, em hierarquizar os acontecimentos históricos seguindo o modelo estatal, ou seja, privilegiando a Nação, a Política, a Economia, a Identidade. Foucault escreve:

Na história tradicional, considerava-se que os acontecimentos eram o que era conhecido, o que era visível, o que era identificável direta ou indiretamente, e o trabalho do historiador era buscar sua causa ou sentido. A causa ou o sentido estavam essencialmente escondidos. (Foucault, 2008, p. 291)

Tradicionalmente, a História se interessou por encontrar as causas profundas da existência do Homem ou da Nação, tarefa que a história serial rejeita, pois não se interessa nem pelas categorias abstratas, nem pela função de tribunal dos fatos que a História quis desempenhar a partir do século XIX. Não há uma busca pelas “causas profundas” de uma série, mas pelas causas que se mostram efetivamente no campo acontecimental, naquilo que os homens deixaram registrado; a história livre da História se interessa pelo trabalho de “definir as relações que estão na própria superfície das coisas [...], tornar visível o que só é invisível por estar muito na superfície das coisas” (Foucault, 2008, p. 146). Vemos apenas a superfície dos acontecimentos, das coisas. Não compete ao trabalho do historiador elucubrar sobre o Ser do homem, sobre a essência das coisas, sobre a profundidade dos acontecimentos: o historiador se encontra no plano horizontal dos acontecimentos, no mundo sublunar, tanto ele quanto o que ele escreve são também acontecimentos. P. Veyne esclarece esse ponto: “De fato, o mundo sublunar não tem profundidade em lado nenhum, ele é somente muito complexo; nós atingimos certamente verdades, mas estas são sempre parciais [...]” (Veyne, 1971, p. 56). Apenas é possível retirar dos documentos causas complexas, causas muitas vezes sem consequências, causas irregulares, lacunares: é o historiador quem organiza estas causas sem causalidade natural numa trama coerente, numa *explicação histórica superficial*.

Se uma das características fundamentais do pensamento histórico de P. Veyne é a pressuposição da imanência absoluta do mundo sublunar e de seus

desdobramentos enquanto escolha ontológica, outro é o pressuposto da *diferença* absoluta, da diferença sem identidade. A exigência de não imaginar uma articulação prévia do mundo histórico determinada por categorias gerais abstratas advém do pressuposto de que o mundo sublunar é apenas diferença, que todas as substâncias e todos os produtos destas substâncias são diferentes em si e variam entre si. P. Veyne afirma que “a lição mais clara da história e da etnografia atuais parece ser a variabilidade humana; a nossa convicção de que o homem muda passou ao estado de reflexo” (Veyne, 1971, p. 94-5), passou a ser precisamente o que os homens fornecem de mais interessante ao historiador: sua diferença absoluta, irreduzível a qualquer tentativa de normalização em uma Identidade, a qualquer tipologia formalizada previamente. Pressupor que todas as substâncias são diferentes em si não é exatamente uma novidade; o problema é que a diferença esteve por muito tempo em estado de maldição, como disse Deleuze⁸. O mundo sublunar aristotélico, sempre em devir, é degenerado por não apresentar qualquer organização ou qualquer sentido natural. Aristóteles acredita que aqui em baixo as substâncias desejam a ordem, desejam a perfeição do mundo supralunar, pois são corrompidas, misturas inseparáveis dos elementos. Não é com pesar que P. Veyne assume que o mundo da história é este mundo corrompido da diferença, ele não assume a diferença para conduzi-la rumo à totalidade abstrata da Identidade ou da História. O trabalho do historiador passa a ser precisamente o de expandir a diferença, explicitar a variabilidade humana. A história proposta por P. Veyne é mais uma história das variações do que das permanências (Veyne, 1971, p. 15), das variações de um conjunto de acontecimentos que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros acontecimentos (Foucault, 2008, p. 145).

É neste sentido que não há causas profundas na história, os acontecimentos ocorrem na superfície e o historiador inventa e explica suas tramas a partir do que ele encontra concretamente no campo, dando ênfase àquilo que ele considera mais interessante e mais importante na composição de uma história específica. Na perspectiva de P. Veyne, o historiador busca antes de tudo *explicitar* a multiplicidade do campo acontecimental, o estabelecimento de “séries de séries” tenta dar a ver a diferença absoluta dos mundos já vividos. A história é uma

⁸ Cf. DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. São Paulo: Edições Graal, 2009., especialmente o capítulo 1.

disciplina que “vem dando lições sobre a variabilidade humana” precisamente porque se interessa pelas histórias que ainda não foram formalizadas pela historiografia tradicional, pelos acontecimentos que foram deixados de lado por serem estranhos ao que se pressupõe ‘ser’ um período histórico pré-determinado. Não se trata de estabelecer mais determinismos sobre o que é o político, sobre como deveria ser a sociedade, sobre como o capital determina a vida: a história não trata do ser das coisas, ela nunca atinge nenhuma essência última dos acontecimentos porque não existe qualquer essência, “não existe um primeiro motor da história”. A explicação histórica é efeito do percurso que o historiador faz no campo acontecimental, é a organização narrativa dos acontecimentos numa trama compreensível. É importante ressaltar que *trama* e *explicação histórica* são conceitos metodológicos distintos de *narrativa*: os historiadores explicam tramas por meio de narrativas, mas a narrativa não é ela mesma a trama, a narrativa é uma operação, é um efeito da explicação de uma trama.

A escolha ontológica pluralista de P. Veyne exige que o historiador jamais trate de “misteriosas forças produtivas, mas simplesmente de homens como você e eu, homens que produzem e que, por isso, põem as causas materiais ao serviço das causas finais, se o acaso não vem misturar-se” (Veyne, 1971, p. 122). Segundo P. Veyne, no mundo concreto, as abstrações produzidas pelos homens não podem ser causas eficientes de uma trama, um conceito supralunar ou um elemento abstrato não podem explicar concretamente as tramas: as substâncias, que são as coisas, os animais e os homens, são os únicos agentes que existem, são os centros de ação do mundo sublunar. Uma abstração é feita por uma substância e apenas existe em relação a esta substância, mas uma abstração nunca cria alguma coisa no mundo. “Somente existem e podem ser atores de uma trama as substâncias com seus acidentes, os seres concretos com suas maneiras de ser [...]. Existe apenas o corporal, coisas ou pessoas, o concreto, o individual e o determinado” (Veyne, 1971, p. 138). É neste sentido que, na perspectiva de P. Veyne, não é possível dizer que existem valores que se ressignificam no tempo por si mesmos, mas *valorações* através da história; não é possível falar de uma sociedade que determina um indivíduo, mas de *associações* das substâncias que produzem coisas sempre diferentes.

O que observo como uma das características mais interessantes do pensamento de P. Veyne é sua preocupação em deixar clara qual deve ser a *ontologia* do historiador ou, pelo menos, qual é a *sua* ontologia, qual é realmente a sua perspectiva filosófica (Veyne, 1971, p. 136), perspectiva sobre a qual busquei esboçar uma descrição nesta pesquisa. Podemos encontrar em *Como se escreve a história* uma máquina em funcionamento, um sistema de pensamento histórico complexo que está longe de se esgotar nesta monografia. Pode-se afirmar que, ao negar incisivamente a *existência* e a *necessidade* de noções abstratas na história – como Ciência, Verdade, História, etc. –, P. Veyne cria a possibilidade epistemológica de dizer sim à história que trata do concreto, do cotidiano, do vivido, das experiências humanas e das relações, conjunto aberto e não-fixo de objetos que constituem o *material* do historiador, aquilo que ele deveria seguir se quisesse descrever as tramas. A máquina de P. Veyne se configura a partir de uma perspectiva ontológica pluralista, operando a partir de um princípio de diferenciação dos acontecimentos. Cada acontecimento histórico é uma singularidade em relação, e é o resultado de infinitas relações possíveis entre os acontecimentos que faz sua *especificidade*. Os acontecimentos não são classificados a partir das antigas (ou novas) dicotomias singular-universal, regional-mundial, local-global, mas entendidos por sua especificidade que não se remete a um “plano mais geral”, a um “contexto” ou “sentido da História” transcendente pré-estabelecido. Os acontecimentos são fruto do acaso, do caos desordenado e descontínuo do devir histórico. Não existe o motor da história e o que é chamado “fato histórico” depende da *trama*, organizada, seriada, narrada e, principalmente, *criada* pelo historiador.

* * *

Capítulo 2: O historiador conceitualizante

Le philosophe de la connaissance tragique. *Il maîtrise l'instinct effréné du savoir, non pas par une nouvelle métaphysique. Il n'établit aucune nouvelle croyance. Il ressent tragiquement que le terrain de la métaphysique lui est retiré et il ne peut pourtant se satisfaire du tourbillon bariolé des sciences. Il travaille à l'édification d'une vie nouvelle : il restitue ses droits à l'art.*

Le philosophe de la connaissance désespérée est emporté par une science aveugle : le savoir à tout prix.

Pour le philosophe tragique s'accomplit l'image de l'existence selon laquelle tout ce que est du ressort de la métaphysique apparaît comme n'étant qu'anthropomorphique. Ce n'est pas un sceptique. Il faut créer ici un concept : car le scepticisme n'est pas le but. L'instinct de la connaissance, parvenu à ses limites, se retourne contre lui-même pour en venir à la critique du savoir. La connaissance au service de la vie la meilleure. On doit vouloir même l'illusion – c'est là qu'est le tragique.

Le livre du philosophe, Friedrich Nietzsche.⁹

A história como criação de conceitos

No primeiro capítulo, tentei descrever a máquina de guerra que apareceu no pensamento de P. Veyne em *Como se escreve a história*, buscando, de alguma maneira, produzir uma imagem do ensaio. É importante reafirmar que esta descrição não se pretendeu exaustiva ou totalizadora; a principal intenção foi

⁹ Optei por não traduzir o texto pois já se trata de uma tradução do original em alemão para o francês.

ressaltar e explicitar determinadas linhas que cruzam o ensaio e que considere importantes para suscitar as questões relativas à escrita da história tal como colocadas por P. Veyne e seus interlocutores. À primeira vista, *Como se escreve a história* transmite de maneira intensa a imagem de máquina de guerra, percebemos um constante tom de indisciplina em suas colocações. Uma das principais estratégias argumentativas do ensaio de 1971 parte da negação incisiva da existência de conceitos metafísicos ou de sua função empírica na criação de intrigas históricas; pudemos confirmar aquilo que P. Veyne se autodenominou na dedicatória que escreve (em inglês) para a primeira edição de *Como se escreve a história*: “To Helen whose lovable theoretism has long been an indispensable balance-weight for an obsolete empiricist”¹⁰. Há talvez um empirismo radical no ensaio de 1971, no seu significado de ligação com o empirismo clássico, especialmente na figura de Hume e em sua perspectiva muito particular do empirismo. P. Veyne cria uma perspectiva histórica – e principalmente historiográfica – praticamente empirista, ou melhor, *realista*. Há somente realidade na história e é isso que interessa ao historiador: a realidade tanto dos documentos, quanto das historiografias, dos atos, das falas, dos homens, instituições, enfim, tudo que *há* e tudo quanto puder ser nomeado. No limite, a história é um absoluto nominalismo que precisa atualizar constantemente seus nomes.

Em 1971, havia, especialmente na França, uma intensa discussão entre as mais diversas “correntes” intelectuais que de fato discutiam bastante, não só na academia, mas na televisão, no rádio, nas revistas semanais que circulavam nas bancas, nas seções filosóficas dos jornais, etc. Estruturalistas, marxistas e as multidirecionais linhas que se cruzam entre estas palavras travaram batalhas políticas ardorosas na defesa e no combate das diversas perspectivas epistemológicas delas decorrentes. Como dito no primeiro capítulo, mais do que uma “metodologia”, *Como se escreve a história* é uma verdadeira tomada de posição cosmopolítica sobre o espaço de disputas brevemente reconstituído na França após Maio de 68; um *posicionar-se estrategicamente* no sentido que o termo tem em uma batalha. Ao mesmo tempo, é como se fosse um acerto de contas pessoal de P. Veyne com aqueles que, segundo ele, permaneciam presos

¹⁰ Em tradução livre: “Para Helen, de quem o louvável teoretismo tem sido um indispensável contrapeso para um empirista obsoleto”.

aos moldes da História régia, especialmente os historiadores. O tom de seu discurso impressiona pela verve questionadora, pelo deliberado teor político-epistemológico que cada palavra escolhida por P. Veyne pode conter e que está totalmente ligado à ampla Contestação de 68, impressionista em sua dimensão e violência, impressionante em sua corrente fluxionária e efetivamente contestadora nas várias linhas da vida quotidiana.

Um ato político como a publicação de um ensaio tem a possibilidade de provocar respostas. Uma delas é a já citada resenha de C. Dubar, publicada em 1973, na qual ele explicita a sua forte impressão com a máquina de guerra de P. Veyne e ressalta seu principal ponto de crítica ao ensaio, que consiste no espanto com a facilidade que P. Veyne tem em dizer que a história não é ciência e nunca será. Como um bom sociólogo, C. Dubar questiona P. Veyne, de um ponto de vista estritamente *metodológico*, sobre como falar da sociedade e dos grandes conjuntos de humanos dispensando as abstrações; se a história não é ciência, como ela *realiza* suas atividades praticamente? Ou melhor, se não é ciência, ela é livre interpretação dos documentos? Seria a história um puro *impressionismo*? Para um sociólogo da corrente estruturalista como C. Dubar é inconcebível que um estudo sobre ‘o social’ seja feito sem a construção *a priori* de uma metodologia específica, um aparato esclarecido e bem definido de teorias, métodos, objetos e conceitos que guiem a pesquisa. Ele põe o problema de como falar desse turbilhão que é o devir, sem conceitos? C. Dubar parece não ter problemas em admitir que o mundo está em constante transformação e que por consequência as maneiras de pensar correspondentes às transformações ocorridas devam também estar em constante atualização, mas para ele *as maneiras de pensar* próprias da sociologia, da história e das ciências sociais são científicas por excelência; não há necessidade de abandonar todas as ferramentas metodológicas que os cientistas desenvolveram, pois elas se mostraram úteis ao longo dos anos. A crítica de C. Dubar prenuncia aquilo que P. Veyne passou a discutir após *Como se escreve a história*: a relação entre as abstrações em geral e os fluxos de acontecimentos reais, ou melhor, entre aquilo que o historiador cria enquanto conceito, teoria, método, estrutura, e os fluxos turbilhonares não-conceituais de acontecimentos que o serve de material.

Em 1974, foi publicada uma coletânea de artigos organizada por Jacques Legoff e Pierre Nora chamada *Faire de l'histoire*. O seu primeiro volume, que segue com o subtítulo *Nouveaux problèmes* – no Brasil foi traduzido por *História: novos problemas* –, reúne textos de historiadores importantes como Michel de Certeau, François Furet, Georges Duby, entre outros, participantes de um movimento historiográfico que ficou conhecido como *Nouvelle Histoire* [Nova História], essencialmente composto por historiadores da terceira geração da *École des Annales*. P. Veyne participou da coletânea com o texto “L’histoire conceptualisante” [A história conceitualizante]. Na apresentação de *Fazer história: novos problemas*, Legoff e Nora afirmam que o volume trata-se de “uma obra que procura fugir às limitações e às tomadas de posição”, é uma coletânea coletiva e diversificada que pretende promover um novo tipo de história. Eles reiteram:

Não a história de uma equipe ou de uma escola. Se nos autores [...] for encontrada a marca da pretensa escola dos *Annales*, isso se deve ao fato de a nova história ser [...] devedora a Marc Bloch, a Lucien Febvre, a Fernand Braudel e a todos os que continuam a inovação por eles iniciada. Mas não há aqui qualquer ortodoxia, mesmo aquela mais aberta. (Veyne, 1974, p. 11)

Temos aqui algumas pistas do que se tornou o pensamento de P. Veyne após *Como se escreve a história*, depois de sua repercussão nos círculos acadêmicos, depois de sua aproximação mais efetiva com Foucault e do florescimento de uma questão que aparece em 1974 (mas que já era pincelada em 1971 com a afirmação de que uma intriga é um conceito e uma teoria): como se dão as abstrações em ciências sociais e, mais especificamente, como criar conceitos em história? Qual a importância da tarefa conceitualizante para a criação das intrigas?

Há em *A história conceitualizante* um ponto que é ao mesmo tempo de ruptura e de continuidade com o trabalho epistemológico que P. Veyne havia desenvolvido até ali. Além da defesa da tarefa do historiador como criador de intrigas, como inventor de maneiras de explicitar as diferenças do mundo, adiciona-se o trabalho de conceitualização dos acontecimentos, de construção de “invariantes” – termo que depois será desenvolvido em *L’inventaire des différences* [O inventário das diferenças] de 1976 – ou de “ideais-tipos” abstratos e gerais que ajudem na compreensão e explicação das especificidades da história. No texto de 1974, P. Veyne dá uma resposta ao empirismo radical de *Como se*

escreve a história, no qual ele mesmo negava completamente a eficácia de abstrações na explicação histórica. Ele escreve:

O erro, pelo menos, teve um valor heurístico, mas talvez sejamos tentados a daí tirar a conclusão, um pouco exagerada, mas de qualquer forma exagerada, de que a história não se escreve por meio de abstrações, de que os conceitos sublunares são perpetuamente falsos porque são nebulosos, e são nebulosos porque seu objeto se agita “sem cessar”, como um autor recente (a propósito, parece-me que fui eu) ingenuamente escreveu. (Veyne, 1974, p. 71)

Se anteriormente a tarefa do historiador era criar intrigas por sua especificidade, a partir de 1974, P. Veyne passa a situar o trabalho do historiador na *criação* ela mesma, ou seja, o historiador é um criador por excelência. Seja pelo trabalho de seriar intrigas, seja pela necessidade eventual de recorrer aos procedimentos científicos, seja pela construção de esquemas gerais de compreensão histórica, o historiador sempre é criador quando faz história. Se o mundo se agita sem cessar isso significa que também o historiador se agita sem cessar, sua perspectiva não é *sobre* o mundo, não está fora do mundo, seu olhar vem de dentro.

Isso significa que o historiador nunca está isento, nada que ele cria é imparcial, ele não “só conta os acontecimentos tal como aconteceram”, ele cria uma maneira específica de contar tais acontecimentos, ele escolhe quais são os marcos históricos, ele recorta períodos. Afirmar que o historiador é criador é também dizer que tudo que é criado provem de um processo de criação, no qual o historiador monta uma máquina de compreensão, ou metodologia, composta por peças minuciosamente escolhidas e acopladas por ele. Para P. Veyne, os conceitos são produtores de novidades quando criados pelo historiador a partir da análise dos acontecimentos e também em situações nas quais ele aplica um conceito exterior ao período de acontecimentos estudado. Quando *criados* a partir das redes de acontecimentos, ou seja, das intrigas, os conceitos servem como ferramentas de compreensão e de explicação. Quando *aplicados*, de qualquer maneira são conceitos que produzem novidades já que são *diferenciantes*: um conceito exterior a um plano de acontecimentos nunca sai ileso à especificidade destes acontecimentos, ele passa por modificações que são inerentes às exigências concretas dos acontecimentos, sua inflexibilidade. Para acoplar-se ao plano dos acontecimentos, o conceito exterior precisa inventar-se outra vez para que ele

sirva como peça na máquina, e este é precisamente o trabalho do historiador: criar conceitos¹¹. P. Veyne escreve:

é necessário encontrar palavras, inventar esquemas e categorias para, em relação a estes, marcar os elementos da paisagem bastante confusa de seu espírito [...]. Se todas as essências fossem dadas de improviso à intuição, se não houvesse o “todo confuso”, se nada restasse a descobrir, então escrever a história se reduziria a contar histórias imediatamente compreensíveis [...]. Não se trata disso: a verdadeira narração supõe a análise; a história não é o imediato. (Veyne, 1974, p. 72)

A história conceitualizante é a conceitualização do não-acontecimental; poderíamos resumir nesta proposição o artigo de 1974, texto relativamente curto e confuso. As questões do texto, que são apenas levemente levantadas, só são retomadas de maneira mais sistemática e efetiva na conferência que P. Veyne profere no Collège de France em 1975, por ocasião de sua nomeação como professor titular na cadeira de história romana. Intitulada *O inventário das diferenças*, a conferência é como uma lupa no tema da história conceitualizante e um divisor de águas na construção do pensamento epistemológico de P. Veyne. Na verdade, o texto não é um divisor, mas sim um harmonizador: se em *Como se escreve a história* o historiador deveria escrever a história de maneira exclusivamente empírica, a partir de *A história conceitualizante* e *O inventário das diferenças*, P. Veyne passa a defender o trabalho do historiador como *também* conceitual e *também* abstrato: o trabalho do historiador como um *entre* as posturas empirista e estruturalista; ele encontra um ponto de equilíbrio que une tanto a pesquisa empírica de seriação dos acontecimentos, quanto a criação e construção de modelos explicativos destes acontecimentos. Para P. Veyne a história se torna ciência, mas uma ciência diferenciada e principalmente *diferenciante*.

A ciência das diferenças

Em 1975, P. Veyne é nomeado professor titular para a cátedra de História Romana do renomado Collège de France, em Paris e, como é de costume na

¹¹ Por exemplo, para explicar porque na Antiguidade os gregos e romanos mais abastados dispendiam altas quantias na construção e reforma das obras públicas das cidades onde habitavam, P. Veyne lançou mão do conceito de *évergetisme* [evergetismo], desenvolvido na obra historiográfica *Le pain et le cirque* [O pão e o circo], de 1976, termo introduzido na historiografia por André Boulanger em 1923, e reinventado por P. Veyne.

instituição, proferiu uma *leçon inaugurale* que foi publicada em 1976 com o já citado título *O inventário das diferenças*. É também costume que esta primeira aparição pública do novo catedrático seja o momento de apresentar tanto as linhas gerais de seu pensamento, quanto um retrato da pesquisa que realiza naquele momento¹². *O inventário das diferenças* nos mostra que o problema “como se escreve a história?”, colocado em 1971, ainda permanece no centro de suas preocupações filosóficas, acrescido o problema da conceituação em história, levantado em 1974. A *leçon* é o texto no qual P. Veyne escolhe clarear duas ideias com as quais passa a trabalhar de maneira mais enfática: suas concepções de ‘história conceitualizante’ e de ‘ciência das diferenças’.

“Concretamente, eles [os fatos] existem apenas sob um conceito que os informa [...], ou, se preferimos, a história apenas existe em relação às questões que nós a colocamos” (Veyne, 1976, p. 9). A partir de 1975, P. Veyne passa a defender abertamente uma concepção conceitualizante da história. Para seguirmos na apresentação de tal concepção, é necessário esclarecer alguns pontos importantes sobre a transição, ou melhor, sobre o cruzamento das concepções empirista e conceitualizante na epistemologia histórica de P. Veyne. Em primeiro lugar, P. Veyne não nega a realidade da *história quotidiana*, sua concretude, o constante devir de seus acontecimentos. De um ponto de vista ontológico, P. Veyne talvez continue sendo um empirista radical: as únicas coisas que *existem* efetivamente no mundo são aquelas que *acontecem* e que são *criadas* e as abstrações existem enquanto criações e não à maneira metafísica. Não se trata de uma divisão entre real e o imaginado, ou entre o concreto e o abstrato, mas precisamente não há mais este grande divisor: diferente da história quotidiana, a história que os historiadores criam tem como plano de imanência a história quotidiana ela mesma, cria conceitos a partir da materialidade do devir da história, não é a ela oposta e nem paralela. Em segundo lugar, os conceitos são como chaves que o historiador forja para encontrar as diferenças da história, ou seja, são as ferramentas diferenciadoras que o historiador utiliza para explicitar aquilo que ainda não foi pensado.

¹² Um exemplo desta tradição é a conferência de Michel Foucault, *L'Ordre du discours*, publicada em 1970, no qual Foucault adianta muito daquilo que seria desenvolvido em *Surveiller et Punir*, de 1975.

Para P. Veyne, o campo acontecimental, povoado por turbilhões de acontecimentos, por vezes pode aparentar uma falsa homogeneidade. Visto de cima, do mundo supralunar, a partir da ótica de conceitos prontos, a história por vezes oferece imagens estáticas ou mesmo contínuas. O trabalho do historiador foi durante algum tempo o de estabilizar estas imagens em “períodos históricos”, construir grandes cronologias e explicações gerais sobre o caminhar dos homens guiados pelo tempo. Ao mudarmos de perspectiva, ao alterarmos a distância com que fotografamos o grupo de acontecimentos que queremos descrever, rapidamente percebemos que cada acontecimento é diferente em relação ao outro, que a busca por um todo homogêneo baseado na materialidade dos acontecimentos não pode encontrar nenhum resultado. Quando extraídos do campo, os acontecimentos são *individualidades*, são extratos diferenciais que, segundo P. Veyne, “não se organizam por períodos ou por povos, mas por noções, eles não *têm que* ser situados em seu tempo, mas sob seu conceito” [os grifos são meus] (Veyne, 1976, p. 49). Isso significa dizer que, na concepção conceitualizante da história elaborada por P. Veyne, se a história consiste em narrar as intrigas segundo a ordem do tempo, ela somente o faz de um ponto vista *material*, ou seja, a partir de seus acontecimentos – é o historiador quem recolhe os acontecimentos e os seria conforme sua lógica interna –, a partir daquilo que ainda existe de vestígios acontecimentais relacionados às questões que o historiador os coloca. A história é escrita ao mesmo tempo a partir de uma série de problemas relacionada a uma série de acontecimentos disponíveis, as duas cruzadas pelo historiador numa infinidade de pontos possíveis. Para P. Veyne, a historiografia se bloqueia quando as problemáticas se tornam esclerosadas, os períodos de falta de novidades na historiografia dificilmente são efeitos do “esgotamento” das fontes, mas sim da paralisia nas questões. A riqueza do historiador provém de inovar constantemente sua problemática, fazendo assim surgir novas questões tanto da atualidade quanto dos documentos; novos territórios a percorrer no plano dos acontecimentos, que se transforma ele mesmo quando relacionado a novos problemas. “Os conceitos estruturam a história” (Veyne, 1976, p. 9), P. Veyne afirma, eles permitem que se explicita a *especificidade* de grupos de acontecimentos, que se deixe ver as diferenças que o devir dos acontecimentos não cansa de apresentar.

Em *O inventário das diferenças*, P. Veyne caminha para a construção de uma metodologia histórica conceitualizante e individualizante dos acontecimentos, especialmente os relativos “ao que há de social nos homens”. Numa reviravolta, a história passa a ser ciência para P. Veyne, mas uma ciência renovada, que enquanto ciência das diferenças tem como tarefa explicitar as diferenças do mundo; constrói os modelos de interpretação abstratos não para aplicá-los a seu campo acontecimental, mas para extrair as diferenças de acontecimentos singulares testando o ideal-tipo até o limite, buscando explicitar o que há de diferente *entre* o acontecimento e o conceito, entre aquilo que o historiador tem como modelo e aquilo que se dá efetivamente na história quotidiana. O objetivo do historiador é relatar tudo aquilo que foi produzido de diferença e de novidade na comparação do modelo com o acontecimento – no limite, o conceito é construído para ser destruído em função da potência que explode das diferenças explicitadas. N’*O inventário das diferenças*, P. Veyne escolhe o termo “invariante” como sinônimo de “ideal-tipo”, de “conceito” e de “estrutura”, todos os termos provenientes de correntes filosófico-epistemológicas muito distintas e com as quais P. Veyne tem uma relação intelectual muito próxima; por exemplo, o conceito de ideal-tipo é claramente ligado à metodologia-sociológica criada por Max Weber, ao qual P. Veyne presta homenagem em algumas ocasiões.

A história não é mais ciência das indivíduos humanos nem das sociedades. Se ela fosse ciência dos indivíduos no sentido último e não no relativo da palavra, ela contaria a vida dos camponeses sob Luís XIV um por um, contará o casamento de Gros-Jean, de Toinon, de Pierrot [...]; ela toma por objeto esta paradoxal individualidade: o casamento na classe camponesa sob Luís XIV. Certamente, a história terá também por objeto o casamento do próprio Luís XIV; individualmente, este último não é objeto histórico a título de substância humana, de individualidade última e absoluta: é a título de individualidade relativa à problemática escolhida, que é a história política. (Veyne, 1976, p. 51)

O objetivo de P. Veyne é construir a cientificidade da história através de um campo que ele tenta delimitar, ou melhor, é uma tentativa de esboçar o que seria o “objeto” da história como ciência das diferenças. Se desde os séculos XVIII e XIX, e permanecendo até o século XX, o paradigma da história se tornou o Tempo, ou seja, se a mudança da história era vista como resultado do “passar do tempo”, P. Veyne se questiona se já não seria a hora de desesclerosar a problemática da escrita da história, se não seria o momento de levar a sério as

possibilidades de criação historiográficas que estão *fora* do paradigma do tempo, precisamente através da riqueza de suas diferenças, dos efeitos diferenciais das relações sociais.

Na conferência de 1976, P. Veyne aproxima a história do aspecto problemático e estrutural da sociologia: ambas se interessam pelos acontecimentos históricos, os descrevem, mas a história tem a particularidade de ter (também) como tarefa alimentar o inventário completo dos acontecimentos, que importam aos historiadores e à história como, por exemplo, os fatos físicos do universo interessam à Física. De um ponto de vista ontológico e epistemológico, os invariantes utilizados pelos historiador para explicitar as diferenças não existem objetivamente, não são entidades que serviriam para explicar todos os casos em que elas “se manifestariam”, mas são os efeitos da explicitação da variabilidade, é aquilo que o historiador precisa *criar* para explicar e explicitar a originalidade de seu ‘objeto’ histórico. Os chamados “fatos históricos” também não existem objetivamente, a história para P. Veyne não é ciência do concreto – embora em algum momento já tenha sido - “uma batalha, um rei enquanto rei, já são abstrações; uma sociedade também: não é possível fotografar uma sociedade como fotografamos uma paisagem” (Veyne, 1976, p. 52). É em função dos problemas reais que os materiais históricos apresentam ao historiador que ele deve criar conceitos para explicá-los.

Os problemas não são explicados com o intuito de estabelecer a verdade do problema, sua solução. O *problema aberto* é justamente o que faz com que o historiador se mova no plano dos acontecimentos, há uma necessidade de criação de conceitos para dar conta da constante variabilidade de acontecimentos que podem ser encontrados quando colocamos uma problemática em relação a qualquer parte da história cotidiana. A história é ciência e sua explicação é científica porque seu *discurso* não é o do lugar-comum, ela não fala mais dos fatos históricos consagrados pela tradição, ela os desmonta, ela encontra novas camadas, ela busca se renovar sem medo de perder aquilo que construiu. Está ao mesmo tempo sempre inventariando novos acontecimentos ainda não descobertos e inventando novos conceitos para explicitar sua originalidade.

Os invariantes – que também poderíamos chamar de *estruturas* – têm função científica, eminentemente prática, seu objetivo é revelar a originalidade

dos acontecimentos desconhecidos, especialmente aqueles que têm um “ar familiar” porque nomeados com palavras do lugar-comum. Os conceitos criados pelos historiadores não são abstratos no sentido metafísico, sua utilidade é, inclusive, demasiado real: nos interessamos pela história justamente porque sua tarefa é nos apresentar novidades, nos mostrar o que ainda não foi pensado e a multiplicidade de acontecimentos estranhos que irrompem sem cessar; certamente não é possível se manter interessante conservando e “ressignificando” eternamente os conceitos tradicionais. A criação de conceitos faz a história se movimentar, faz com que os historiadores se aprofundem a ponto de chegar à superfície das épocas que estudam. Os conceitos como imagens da superfície de um plano de acontecimentos, por vezes tão turbilhonares e complexos que passam a ser conhecidos como épocas; imagens dos efeitos e dos funcionamentos de uma grande associação de pessoas e suas complexas relações.

A história, portanto, conhece as diferenças aparecidas na história cotidiana através do infinito inventário de acontecimentos que constrói e através dos esquemas explicativos que inventa. Tanto o inventário quanto os conceitos precisam estar em constante atualização, pois os acontecimentos adicionados ao inventário não param de acontecer e a atualidade da história não para de criar novos problemas. O que significa dizer que é em função de seu presente que o historiador se interessa em inventariar e conceitualizar o passado: são os problemas atuais que o movem a sempre encontrar novos acontecimentos, vizinhanças no campo acontecimental, que por efeito o instigam a elaborar novas maneiras de conhecer. O método conceitualizante da história é praticado a partir de uma tríade formada por conceitos (teorias), um campo acontecimental demarcado (uma época, um conjunto de documentos) e uma problemática elaborada pelo historiador. P. Veyne não define por onde o método começa, se pelos conceitos, se pelos acontecimentos, se pelos problemas: os três elementos da tríade são inseparáveis no que poderíamos chamar de “prática” do historiador, nos momentos de criação das intrigas. O historiador escolhe livremente por qual ponto começar, escolhe o lugar, as ferramentas e os guias; como já dito, não há intrigas pré-determinadas e mesmo aquelas já trilhadas são novas em relação a cada historiador que venha a percorrê-la.

* * *

Conclusão

Algumas poucas conclusões formais podem ser retiradas da descrição e análise dos escritos de P. Veyne ao longo da década de 1970. Esta monografia foi uma tentativa de ressaltar as passagens do pensamento de Paul Veyne, os percalços, as diferenças que apareceram de um texto a outro, os saltos epistemológicos e principalmente sua natureza abertamente política. A máquina de guerra que apareceu em 1971 – lutando principalmente contra os velhos jargões históricos, contra as ideias naturalizadas, contra os resquícios da filosofia da história – abriu caminho para levantar alguns problemas importantes para a historiografia, tanto para o próprio P. Veyne, que a partir do final dos anos 1970 passa a se dedicar essencialmente aos estudos do greco-romanos, quanto para a realização desta monografia, que basicamente se interessa por questões semelhantes e na qual tentei desdobrar os problemas que considerei centrais para alguma compreensão de sua concepção de história.

Os textos de P. Veyne que foram aqui analisados, podem ser lidos do ponto de vista da construção de uma perspectiva histórica muito particular, uma espécie de laboratório de criação historiográfica público, no qual P. Veyne expõe seus próprios problemas epistemológicos, as questões com as quais teve que lidar no trabalho majoritariamente arqueológico daqueles que se dedicam ao estudo das coisas antigas. Pudemos acompanhar, ao colocarmos uma lupa nos textos já citados acima, o desenvolvimento tanto de uma epistemologia histórica, quanto uma metodologia historiográfica. O trabalho do historiador, que não é apenas um impressionismo das fontes e nem uma erudição vazia, exige reflexão, abstração, imaginação e criação. Escrever a história de sociedades tão distantes como Grécia e Roma exige, segundo P. Veyne, que o historiador esteja preparado para lidar com diferenças por vezes absolutas, com as quais ele precisa entrar em relação para inventar explicações: a construção de explicações exige que o historiador

saiba que ela se trata de uma *construção*, de um empreendimento; de que esta explicação é um dos fios da trama daquela intriga, que sua perspectiva não precisa ser fundada no “conflito pela verdade”, que não é a Verdade e nem o Tempo que movem a história.

A história é ciência, mas uma ciência que se torna atualizada e atualizante, que não parte mais de abstrações pré-estabelecidas, de problemas esclerosados, mas cria uma abstração para cada conjunto de acontecimentos, que forja suas abstrações através da concretude dos materiais acontecimentais. A história é interessante pois é *criadora*, ou melhor, ela é alimentada por vários inventores de histórias, por vários detectores de intrigas, por pessoas que consideram os acontecimentos interessantes e por quem deseja fazer ciência com tais inúmeros acontecimentos. A história é ciência das diferenças pois seu objetivo máximo é multiplicar as possibilidades de olhar o mundo, ou melhor, permitir que descubramos *muitos mundos*. Seu compromisso não é com a Verdade, seu compromisso é com a *criação ela mesma*, é com a tarefa que os cientistas têm de trazer novidades de outros mundos aos nossos mundos, é seguir as redes que nos conectam em algum ponto a estes outros mundo, é nos mostrar não só uma maneira de enxergar. O devir e as relações, que não param de produzir efeitos novos a cada milésimo de segundo, exigem uma ciência e um método que tenham como objeto e objetivo explicitar tais variações, tentar explicar de maneira compreensível as mil possibilidades de cruzamentos que podem ser encontrados *entre* tantos acontecimentos.

Referências bibliográficas

a) Fontes documentais:

VEYNE, Paul. “A história conceitual”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976. [1974]

VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire: essai d'epistemologie*. Paris: Éditions du Seuil, 1971.

_____. *Comment on écrit l'histoire: suivi de Foucault révolutionne l'histoire*. Paris: Éditions du Seuil, 1978.

_____. *Como se escreve a história*. Trad. de Antônio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1983. [1971]

_____. *L'inventaire des différences*. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

b) Obras de Paul Veyne (em ordem cronológica):

_____. *Le pain et le cirque: sociologie historique d'un pluralisme politique*. Paris, Éditions du Seuil, 1976.

_____. *L'Élégie érotique romaine. L'amour, la poésie et l'Occident*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.

_____. *Les Grecs ont-ils cru à leurs mythes? Essai sur l'imagination constituante*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.

_____. *René Char en ses poèmes*. Paris: Gallimard, 1990.

- _____. *La société romaine*. Paris: Éditions du Seuil, 1991.
- _____. *Le Quotidien et l'intéressant. Entretiens avec Catherine Darbo-Peschanski*. Paris: Les Belles Lettres, 1995.
- _____. *Sexe et pouvoir à Rome*. Paris: Tallandier, 2005.
- _____. *L'Empire gréco-romain*. Paris: Éditions du Seuil, 2005.
- _____. *Quand notre monde est devenu chrétien (312-394)*. Paris: Albin Michel, 2007.
- _____. *Sénèque. Une introduction*. Paris: Tallandier, 2007.
- _____. *Michel Foucault. Sa pensée, sa personne*. Paris: Albin Michel, 2008.
- _____. *Mon musée imaginaire, ou les chefs-d'œuvre de la peinture italienne*. Paris: Albin Michel, 2010.
- _____. *Et dans l'éternité je ne m'ennuierai pas*. Paris: Albin Michel, 2014

c) Resenhas contemporâneas à publicação de *Como se escreve a história*:

ARON, Raymond. “Comment l'historien écrit l'épistémologie: à propos du livre de Paul Veyne”. In: *Annales ESC*, n. 6, p. 1319-1354, nov./dez. 1971. Disponível em: < http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1971_num_26_6_422416 > Acesso em: 02 jul. 2015.

CERTEAU, Michel de. “Une épistémologie de transition: Paul Veyne”. In: *Annales ESC*, n. 6, p. 1317-1327, nov./dez. 1972. Disponível em: < http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1972_num_27_6_422547 > Acesso em: 21 mai. 2015.

DUBAR, Claude. “Veyne Paul, Comment on écrit l'histoire. Essai d'épistémologie”. In: *Revue française de sociologie*, v. 11, n. 4, p. 550-555, 1973. Disponível em: < http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsoc_0035-2969_1973_num_14_4_1066 > Acesso em: 21 mai. 2015.

MARROU, Henri-Irénée. “História, Verdade e Valores (1975)”. In: _____. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. [1975]

d) Outros textos consultados:

BURNIER, Michel-Antoine (org.). *C'est demain la veille. Entretiens avec M. Foucault, H. Marcuse, G. Deleuze, F. Guattari, R. van Duyn, H. Lefebvre, A. Touraine, Ch. Fourier, J. Laot, F. Krumnow, la CFDT*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. São Paulo: Edições Graal, 2009. [1968]

_____. “A quoi reconnaît-on le structuralisme?”. In: *L'île déserte: textes et entretiens 1953-1974*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2002. [1967]

_____. *Conversações. 1972-1990*. São Paulo: Editora 34, 2013. [1990]

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. “1227 – Tratado de nomadologia: a máquina de guerra”. In: *Mil platôs*. São Paulo: Editora 34, 2012. [1980]

FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Éditions Gallimard, 1969.

_____. *Ditos & Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. [1994]

NIETZSCHE, Friedrich. *Le livre du philosophe*. Paris: Flammarion, 1991. [1872-1875]

*As datas nos colchetes ao final das referências são as datas originais de publicação das obras citadas.